

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial: a marca da originalidade e iniciativa brasileiras

Luciano Chemello Vescovini / Mestrando PUCRS - bolsista do CNPq.*

Resumo: Durante o Estado Novo (1937-1945), havia a pretensão de enquadrar o país dentro da realidade mundial e das dificuldades econômicas surgidas com a crise de 1929. Despontou com isto a abdicação, obviamente, pelo menos em parte, da característica de ruralidade da economia nacional. A mobilização voltada para a área de criação de um operariado nacional foi fundamental para os planos de Getúlio Vargas na área de produção industrial coligada ao projeto de desenvolvimento nacional. O Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional, criado a partir do Decreto-lei 4.048, publicado no Diário Oficial de 24 de janeiro de 1942, surgiu para ampliar as condições da população urbana, acarretando o incentivo da criação de novos postos de trabalho, agregado ao engajamento da nova ordem econômica que surgia e suas diretrizes.

Palavras-chave: Projeto nacional; Ampliação aquisitiva do mercado interno; Ampliação qualitativa da produção industrial

Com esta pesquisa busco contextualizar e analisar a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no estado do Rio Grande do Sul. Apesar de inúmeros estudos e textos sobre a educação industrial realizados em período de Estado Novo (1937 a 1945), encontra-se poucos que tratem sobre a formação profissional gaúcha, com o intuito de enquadrar a mão-de-obra específica voltada para a melhoria circunstancial da população diante da nova ordem. Acredita-se que, dando uma fundamental importância para melhor conhecer e aprofundar outros motivos e processos que levaram à criação do SENAI-RS, o que possibilitou a profissionalização de inúmeros gaúchos, melhorando significativamente suas vidas e capacitando estas pessoas para formação industrial do estado.

Para esta pesquisa, levantou-se o seguinte problema: o interesse e a preocupação da formação educacional voltados para a indústria no Rio Grande do Sul tinham algum objetivo estratégico na política desenvolvimentista de Getúlio Vargas ao implementar um sistema institucional voltado para a formação de pessoal que, ao mesmo tempo, oferecesse o incentivo e a disciplina, com o objetivo de aumentar a produção no Estado?

Por isso, que para pensar esse problema, deve-se observar a conjuntura do período. A história brasileira consagra ao período do Estado-Novo (1937-1945), a ênfase ao caráter político centralizado e monolítico do Estado brasileiro, configurando-se as condições favoráveis a um alto grau de autonomia em suas relações com a sociedade. Seguindo por essa linha de interpretação, as questões relacionadas com o fortalecimento do poder estatal, que

teriam num primeiro plano, o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das inúmeras esferas da vida social, em que a integração e consolidação do poder nacional se somariam aos seus mecanismos. No esforço de centralização político-administrativa, pelo qual se mantém a autonomia do Estado, monta-se um complexo quadro institucional, que determina a padronização do governo e cria o sistema indispensável para viabilizar a intervenção governamental nos diferentes setores da realidade social brasileira.¹

No campo econômico, após a tomada de medidas efetivas depois de uma crise econômica mundial (1929), vive-se o momento de transformação da sociedade brasileira, em que a radicalização social passa a estar caracterizada por este momento e, logicamente, a classe operária e a classe média sofrem as conseqüências deste cenário, porém, é a partir dele que elas passam a se fazer presentes no campo político. Deve-se considerar o Estado Novo como um período no qual a existência de um mercado interno encontra-se num momento de restrição. Para se ter uma idéia, a renda per capita, no Brasil, é 25 vezes inferior a dos Estados Unidos da América, tendo sua produção, para o mercado interno, condicionada às necessidades de consumo, fator que estaria diretamente ligado com o estágio de educação da população. Em vista disso, é que a função do aparelhamento econômico deveria ser mais eficiente tecnicamente, o que, por sua vez, depende dos recursos disponíveis para seu custeio. Os trabalhadores, tanto do campo como da cidade, convivem com os baixos salários perante uma existência de ínfima classe média, tornando assim o mercado consumidor restrito. A solução então é a formação de um proletariado com maior capacidade técnica de trabalho e, conseqüentemente, maiores remunerações.²

Mas como era o ensino brasileiro neste período de crise mundial? E como funcionavam esses estabelecimentos? Ao se referir a números, teremos menos de cem estabelecimentos de ensino secundário, por todo o país, com matrícula inferior a cinquenta mil alunos, tendo sua organização não definida e sem professorado registrado. Em 1931, fez-se a primeira reforma no ensino, estabelecendo o ensino seriado, isto é, o ensino regular, com freqüência verificada. Passaram os estabelecimentos a ser fiscalizados, exigindo-se melhores condições de instalações, professores registrados, material de ensino, ordenando-se os

*Licenciado do Curso de Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da PUCRS.

¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classe*. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano, v.10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 96.

² CARONE, Edgar. *Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL, 1976. p. 62.

trabalhos. Em 1942, uma nova reforma, para melhor organizar os estudos, confere ao ensino um melhor sentido e qualidade. O ensino passa a ser dividido em dois ciclos: um, de quatro anos, o ginásio, que permite articular com o ensino comercial, industrial, agrícola e normal; outro de três anos, o colégio, de mais elevado preparo para carreiras maiores, nas universidades.³

Apesar da crise, foi o momento mundial da industrialização, e seu crescimento é um fenômeno que atinge o Brasil também, um dos países com os maiores percentuais de aumento da produção. Embora as fábricas e a produção tenham crescido numericamente de maneira constante, não avançamos nos pontos referentes aos índices e aos fatores de transformação técnica, dando margem a resultados negativos, ou seja, melhoramos na quantidade e não na qualidade.⁴ Diante disso, é que o ensino industrial passa a ser um terreno fértil na nossa vida escolar, entretanto, faltava o sistema de planejamento organizado e ordenado, fundamentado por diretrizes específicas. Procurou-se, num primeiro instante, alcançar uma rede de escolas que atendesse a demanda do crescimento industrial de acordo com todas as exigências.⁵ Desejava-se um teor de ensino apontado para o maior número de casos, por isso que, em janeiro de 1942, fora decretada a lei orgânica de ensino industrial.

A partir deste contexto, pode-se perceber que durante o Estado Novo, os campos da política, da economia e da educação estão no comando de um Estado ditatorial atuante na organização da sociedade e no fortalecimento do caráter nacionalista. Baseado nisso, que neste texto, pretende-se identificar e analisar os elementos qualitativos e quantitativos do governo Vargas, presentes na proposta pedagógica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), como também no processo de sua criação.

O Governo Federal construiu seis grandes escolas técnicas: a Escola Técnica Nacional e as congêneres, do mesmo tipo, de Manaus, de São Luís, de Vitória, de Goiânia e de Pelotas. Um grande investimento fora movimentado nesse empreendimento, mostrando a amplitude e o valor dos novos estabelecimentos concluídos. Deu-se início à construção da Escola Técnica de Belo Horizonte e ficou concluído o projeto da Escola Técnica de São Paulo. Porém, em outros pontos do país houve a remodelação e ampliação nas escolas industriais e escolas

³ SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 363.

⁴ CARONE, op. cit., p. 59.

⁵ SCHWARTZMAN, op. cit. p. 364.

técnicas federais existentes. Desta maneira o Governo montou um modelo de rede federal de escolas que, em 1945, chegou a constituir 24 unidades. De outra parte, a ação administrativa estadual e a iniciativa particular procuraram criar novos estabelecimentos ou remodelar os antigos:

Obedecendo às exigências da legislação nova, estabelecimentos de ensino industrial da Prefeitura do Distrito Federal e de vários estados, assim como várias escolas particulares, obtiveram a equiparação e reconhecimento. E por esta forma, quarenta e duas escolas técnicas e industriais, equiparadas ou reconhecidas, vieram, até 1945, formar, com as escolas federais, uma rede nacional de sessenta e seis estabelecimentos de ensino industrial, freqüentados, em 1946, por mais de 14.000 alunos.⁶

A escola de aprendizagem viria a ser o carro-chefe da transformação daquela que seria a maior instituição de ensino industrial brasileiro, com uma categoria de estabelecimentos freqüentadas pelos trabalhadores menores (na faixa entre 14 e 18 anos de idade), dos estabelecimentos industriais. Essas escolas se caracterizaram por serem de horário reduzido, uma vez que, somente uma parte do tempo dos alunos era reservada à atividade propriamente escolar, destinando-se a outra parte ao trabalho próprio do operário. No entanto, para organizar e manter estas escolas, é que a legislação industrial criou, pelo Decreto-lei 4.048, publicado no Diário Oficial de 24 de janeiro de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O desenvolvimento maior da rede escolar contou com o esforço de iniciativas as mais diversas e adequadas no sentido de dar ao ensino industrial do país método e clareza, flexível estrutura e funcionamento ativo, em correspondência com a forma, o sentido e o vigor do trabalho nos estabelecimentos fabris. O sustento inicial das atividades contou com a arrecadação de 2 mil réis mensais por empregado, das empresas filiadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Esse sistema foi alterado em 5 de fevereiro de 1944, quando a arrecadação passou a corresponder a 1% do valor total da folha de pagamento das indústrias.⁷

A experiência bem sucedida do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), nas estradas de ferro do país, inspirou os dois grandes líderes industriais, a idealizar e defender juntos ao empresariado e ao Poder Público Federal, uma solução análoga para o parque industrial brasileiro. Eram esses líderes Euvaldo Lodi, então presidente da

⁶ Ibid. p. 365.

⁷ SENAI/DEPARTAMENTO NACIONAL. *Histórias e percursos (1942-2002)*. Brasília: SENAI/DN, 2002. p. 25.

Confederação Nacional da Indústria, e Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. De outro lado, a Comissão Interministerial constituída pelo Governo da União, para estudar o problema da formação de mão-de-obra industrial, e regulamentar os cursos para trabalhadores da indústria, preconizava a instituição de um sistema nacional de aprendizagem industrial, custeado pelas empresas e integrado nas atividades do Ministério da Educação. Foi com este foco que,

Antecipando-se a uma decisão nesse sentido, a classe industrial, sob a liderança de Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, deliberou assumir, não somente os encargos, mas também as responsabilidades pela organização e direção de um organismo próprio, subordinado à Confederação Nacional da Indústria e às Federações de Indústrias dos Estados.⁸

Com Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, os princípios da nacionalização do ensino, a preocupação com estrutura familiar tradicional, o aumento populacional, tornaram-se a bandeira das instituições de ensino no Brasil, objetivos que recaem também sobre o SENAI. Passa-se a preferir aos pais de família o acesso a cargos e funções públicas, e a preparação do indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, tudo isso somado a um princípio essencial: a disciplina. Logo, o SENAI passou a ser uma instituição que deveria conter os ideais de todos os círculos da sociedade brasileira, tendo como diretriz o dever das indústrias e dos sindicatos patronais de criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários. A aprendizagem industrial teria, como em toda a esfera educacional, o objetivo primordial de formar o homem completo, útil a vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais, e atividades físicas, dentro da concepção voltada para a consolidação do espírito brasileiro. Por resultante, teria o resguardo das tradições cristãs e históricas da pátria, da prática da justiça e da fraternidade entre todos, independente de sua classe social.⁹

Todavia, a importância que o Estado brasileiro destinava ao SENAI apareceu claramente indicada no próprio instrumento legal que estabeleceu sua criação. No texto, afirmava-se que era de competência do Serviço, organizar e administrar, em todo o país, suas instituições de ensino fabril.¹⁰ Além disso, outros instrumentos legais delineavam e

⁸ LOPES, Stenio. *Uma saga da criatividade brasileira*. Rio de Janeiro: SENAI – DN, Divisão de Projetos Especiais, 1982. p. 3.

⁹ BADARO, Murilo. *Gustavo Capanema – Revolução cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 306.

¹⁰ MEMÓRIA SENAI 1346. *Coletânea de leis referentes à aprendizagem industrial*. Decreto-lei nº 4.481 de 16-7-42.

ampliavam, cada vez mais, os papéis e funções reservados à entidade, especialmente face às crescentes exigências que a guerra de 1939-45 impunham ao país, como decorrência disso, os estabelecimentos de ensino industrial de emergência definiam, legalmente, o conceito de *aprendiz*, que passou a ser o trabalhador maior de quatorze anos e menor de dezoito, sujeito à formação metódica do ofício em que exerça a sua atividade.¹¹ Ao estabelecer a idade mínima para o ingresso no emprego, a legislação acabou gerando aquilo que, no SENAI, ficou conhecido como *hiato nocivo*¹², ou seja, a dicotomia que impedia o ingresso do menor no trabalho como aprendiz, e, que, para a população pobre era um problema, já que a escolarização raramente ultrapassava o ensino primário, obrigatório para a realização do exame de seleção. Por isso, a instituição foi obrigada a receber muitos jovens após um período longo de interrupção da escola primária. Na tentativa de amenizar este fator negativo, criaram-se cursos vocacionais que valorizassem, sobretudo, o trabalho manual na busca de mecanismos amenizadores, ao mesmo tempo, incluíam o menor ao sistema já em andamento.

Com isso, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial passa a ser a entidade máxima de representação da educação profissional do setor industrial. É um dos mais importantes pólos nacionais a produzir, divulgar e adaptar conhecimento e tecnologia ao desenvolvimento da indústria, seja por meio da educação profissional ou através da prestação de serviços capazes de modernizá-la e torná-la mais competitiva. Uma instituição séria, constituída pela participação dos maiores industriários do Brasil, seres depositantes de uma filosofia de trabalho alicerçada na experiência desenvolvimentista de suas próprias empresas, prontos a contribuir para a formação da classe trabalhista, a qual se tornaria símbolo marcante do governo de Getúlio Vargas. Com a história do SENAI, é possível ter-se a nítida idéia de quanto o Brasil herdou das estruturas governamentais e institucionais criadas no Estado Novo. Pode-se enxergar o quanto é nítida a adoção de políticas específicas amparadas pela eficácia elitista, e da determinação política abrangente que atingisse as metas planejadas do projeto desenvolvimentista.

A participação das corporações privadas e governamentais, salienta um regime preocupado com a organização da sociedade brasileira, embora coubesse ao Estado assumir a

¹¹ MEMÓRIA SENAI 1346. *Coletânea de leis referentes à aprendizagem industrial*. Decreto-lei nº 5.091 de 15-12-42.

¹² SENAI/DEPARTAMENTO NACIONAL. *Histórias e percursos (1942-2002)*. Brasília: SENAI/DN, 2002. pp. 26-27.

responsabilidade, através da criação de órgãos que protegessem os trabalhadores. Para fazer isso, era necessário acolher o aprendiz e o trabalhador, através do desenvolvimento dos trabalhos relativos à educação e saúde, trazendo-os para mais perto do Estado nacional pretendido por Vargas. Isso foi o incentivo para fazer do trabalhador um agente agregador na melhoria e na diversidade dos produtos brasileiros, algo tão necessário para a ampliação de nossa economia, tornando-a mais competitiva. Mas cabe enfatizar, que, apesar de controlador, o Executivo viabilizou, mesmo que pelo sistema de intervenção, a congregação de um sentimento fortalecedor da classe trabalhista, que passou a enxergar sua importância no papel social, e as bases para isso estavam na educação seja ela industrial ou não.

É neste contexto, que se pode notar o quanto dos campos político, econômico e educacional, estão condicionados pela influência de um Estado determinado a organizar, com objetivos desenvolvimentistas traçados, a sociedade brasileira. Por isso, que a instituição do SENAI, voltada para a indústria em desenvolvimento, tem a meta de qualificar a mão-de-obra fabril, em nome do desenvolvimento do país e que, também, é possível encontrar os elementos dessa conjuntura nacionalista. Longe de considerar com este artigo, uma pesquisa conclusa, é que se pode garantir o quanto ainda se tem a buscar em incansáveis horas nos arquivos e acervos, por informações essenciais para sua continuidade. Para isso, é que se ressalta não haver como considerar um real fechamento de sua totalidade pela busca deste objeto de pesquisa tão amplo como a história do SENAI.

Bibliografia

BADARO, Murilo. *Gustavo Capanema: revolução cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARONE, Edgar. *Brasil: anos de crise. (1930-1945)*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. *O Estado Novo. (1937-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL, 1976.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano, v. 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LOPES, Stenio. *Uma criatividade da saga brasileira*. Rio de Janeiro: SENAI-DN, Divisão de Projetos Especiais, 1982.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

Documentação

SENAI/DEPARTAMENTO NACIONAL. *Histórias e percursos (1942-2002)*. Brasília: SENAI/DN, 2002.

MEMÓRIA SENAI 2918. *Relatório dos trabalhos referentes ao ano de 1942*. Porto Alegre: SENAI/DN, 1942.

MEMÓRIA SENAI 1346. *Coletânea de leis referentes à aprendizagem industrial*. Porto Alegre: SENAI/DN, 1948.